

# Diário do Legislativo de 19/01/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB\*

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\* Afastado do exercício do mandato por ter sido investido no cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 3ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária

#### 1.2 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissão

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 1ª sessão legislativa extraordinária da 13ª legislatura, EM 14/1/99

Presidência dos Deputados Cleuber Carneiro e Francisco Ramalho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 315/99 (encaminha veto à Proposição de Lei nº 13.919), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimento nº 2.780/99 - Requerimentos dos Deputados Tarcísio Henriques e Raul Lima Neto e outros - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Cleuber Carneiro, Miguel Martini, Tarcísio Henriques, Paulo Pettersen e Durval Ângelo - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para prosseguimento dos trabalhos - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Ivo José - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adatao - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Isabel do Nascimento - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Tarcísio Henriques - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

- O Deputado Raul Lima Neto, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Tarcísio Henriques, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 315/99\*

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões de veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Vem a mim, para receber sanção, a Proposição de Lei nº 13.919, que "dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências", resultante da aprovação de projeto de autoria do Deputado Marcos Helênio.

Deixo, porém, de dar-lhe meu assentimento, com base no artigo 70, II, da Constituição do Estado, porque se trata de matéria tipicamente administrativa, em que não se criam, nem se extinguem ou se modificam direitos, não dependendo, pois, de lei, que viria tirar a conveniente flexibilidade das normas, aliás, já estabelecidas em decreto em vigor.

Como essa rigidez de norma é inadequada a assunto da natureza do objeto da pretendida lei, oponho veto total à Proposição de Lei nº 13.919, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 12 de janeiro de 1999.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 2.780/99, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Estado da Segurança Pública para que preste informações sobre as conclusões do inquérito policial instaurado para apurar o incêndio ocorrido nas dependências desta Casa em 1997. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Raul Lima Neto e outros, solicitando seja constituída comissão parlamentar de inquérito para apurar possível desvio de dinheiro e prática de corrupção por parte da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ASLEMG.

Do Deputado Tarcísio Henriques, solicitando seja constituída comissão de Deputados para promover um entendimento entre os Governos Federal e Estadual no que concerne à questão da moratória da dívida do Estado.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Cleuber Carneiro, Miguel Martini, Tarcísio Henriques, Paulo Pettersen e Durval Ângelo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o art. 59, § 3º, inciso IV, do Regimento Interno diz que a prática de ofensa à imagem da instituição, à honra ou à dignidade de seus membros pode ser defendida.

Uso desse artifício, com muito orgulho, por ter sido citado pelo nobre companheiro, Deputado Tarcísio Henriques. Isso é muito importante. Em momento algum gostaria de ser defendido pelo diabo. Quando o diabo for meu amigo e começar a me defender, ficarei chateado, ficarei triste, porque o tenho como inimigo. Então, aquele cujo procedimento, cujas obras não avalizam suas palavras deve ficar calado. O nobre Deputado Tarcísio Henriques é um Deputado honrado, mas evidentemente pode ter as suas falhas. Errar é humano, eu posso errar também.

Quando falei que a monarquia foi uma forma de governo, um regime de governo perfeito - e, ao citá-la, parece que a defendia - ele disse que isso era uma idéia retrógrada. Mas não é retrógrada, Sr. Presidente. V. Exa. sabia que 60% da economia mundial estão nas mãos de dez nações - Inglaterra, Japão, Canadá, etc.? Inclusive, recentemente, a Espanha teve um avanço muito grande após a instituição da monarquia. V. Exa. sabia que, quando o Brasil era um país monarquista, os Estados Unidos chamaram D. Pedro II porque ele era o único brasileiro que o americano ouvia calado? V. Exa. sabia que, na época da secessão americana, pensou-se em atrelar o dólar americano ao conto de réis brasileiro? V. Exa. sabia que o rei nasce nos degraus do poder, que é ensinado desde criança, que não tem compromisso com partidos, com grupos, empresas, empresários, que os colocam naquela posição, e que ele tem a responsabilidade de fiscalizar? E num sistema monarquista, parlamentarista, não se compara um Primeiro-Ministro a um Rei que, ainda que tenha erros, tem princípios muito mais sólidos, pois desde pequeno foi ensinado para isso. V. Exa. sabia que, quando o Brasil decretou a República, foi um golpe republicano? Prometeu-se que se faria mais tarde um plebiscito, e ele nunca foi feito. Aliás, a última vez que foi feito um plebiscito, ou seja, recentemente, foi discutido se seria sistema presidencialista ou parlamentarista, e não monarquista ou republicano. V. Exa. sabia que a Universidade de Harvard fez um estudo, recentemente, e chegou à conclusão de que o maior erro de George Washington foi não ter aceito a coroa, porque na República esse debate, esse embate, colocando os poderes uns dos outros, termina levando a nação a um descrédito, a um ceticismo tão grande como a família que vê papai e mamãe brigando, e que a própria forma, se não for cristãmente formada, deforma o sistema de Governo? V. Exa. sabia que Rui Barbosa chegou a declarar que o parlamento do Império era uma casa de estadistas e o da República era uma praça de negócios? E é mesmo, V. Exa. sabe disso. Vejam como é eleita a maioria dos Deputados, Senadores, Presidentes. Falo apenas para corrigir e dizer que, com muita honra, sou monarquista. Muito obrigado.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a leitura de comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, pela ordem. Verificando de plano a inexistência de "quorum", solicitaria a V. Exa. o encerramento desta sessão, por falta de "quorum" até mesmo para a discussão dos projetos.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, devido à importância das matérias que temos, inclusive de um requerimento com mais de 30 assinaturas, que está nas mãos de V. Exa., pedindo para que seja instaurada uma CPI para apurar rumores de malversação de dinheiro pela ASLEMG, uma vez que a Assembléia recebe em torno de 2% do orçamento do Estado, o que daria para pagar, sem dúvida, sem atraso, todos os funcionários, duas vezes, não entendemos a razão do atraso, gostaria que V. Exa. fizesse uma recomposição de "quorum", porque o assunto é de suma importância para esta Casa, até mesmo para que se dirima, para que se possa exaurir essa dúvida, esse rumor de corrupção na ASLEMG.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai determinar que seja feita a chamada para recomposição do "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Mauro Lobo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada seis Deputados. Não há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

### ATA DA 69ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Arnaldo Penna e Sebastião Costa (substituindo este ao Deputado Bilac Pinto, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e na ausência do Presidente, o Deputado Aílton Vilela assume a direção dos trabalhos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e distribui ao Deputado Arnaldo Penna o Projeto de Lei Complementar nº 2/95 e os Projetos de Lei nºs 1.424/97, 1.820, 1.914, 1.945 e 1.998/98. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 2/95 e dos Projetos de Lei nºs 1.424/97, 1.820, 1.914, 1.945 e 1.998/98 (relator: Deputado Arnaldo Penna). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 1998.

Dimas Rodrigues, Presidente - Aílton Vilela - Arnaldo Penna - Paulo Piau.

### ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Olinto Godinho, Anivaldo Coelho e Sebastião Costa (este em substituição ao Deputado Wilson Trópia por indicação da Liderança do PFL). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Olinto Godinho, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anivaldo Coelho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência esclarece que a presente reunião se destina a apreciar o parecer do relator, Deputado Anivaldo Coelho, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.007/98. O Deputado Anivaldo Coelho procede à leitura do parecer, concluindo por sua aprovação. Após ser discutido e votado, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de dezembro de 1998.

**Olinto Godinho, Presidente - Anivaldo Coelho - Wilson Pires.**

#### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 19/1/99

#### 1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao § 2º do art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, do Deputado João Leite, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e suprime o inciso I do seu art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98, do Governador do Estado, que altera o art. 75 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/97, do Deputado Sebastião Costa, que altera a Lei nº 11.962, de 30/10/95, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado José Militão opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição da Emenda nº 6.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/98, do Deputado Anderson Adauto, que acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.010/98, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 a 3.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.951/98, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 20/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.841/98, da CPI do DOPS.

**Discussão e votação de proposições da Comissão.**

## 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/1/99

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esperamos que, após um árduo período de trabalho na sessão legislativa do ano passado, nós, Deputados da 13ª Legislatura, possamos concluir com brilho, neste último mês que nos resta, os trabalhos desta legislatura e assumir com disposição os próximos quatro anos, da 14ª Legislatura, que se iniciará no dia 1º de fevereiro. Queremos desejar a todos os colegas muito sucesso, trabalho e disposição para enfrentar mais essa árdua tarefa.

Mas o assunto que nos traz aqui, hoje, é a moratória decretada pelo atual Governo do Estado de Minas Gerais. É bom que nos lembremos do que aconteceu nesta Casa nos últimos quatro anos. Durante todos esses anos, a Bancada do PT insistiu em dizer que o então Governo de Minas Gerais era submisso e abaixava a cabeça para todas as medidas do Governo Federal. Era um Governo que em momento algum fez ecoar a voz libertária de Minas Gerais; em momento algum se preocupou com os interesses deste Estado.

E, daqui, assistimos a uma política entreguista do patrimônio público. Na votação da Lei Kandir, vimos o absurdo da submissão, havendo - o que é ainda mais absurdo - o voto contrário apenas da Bancada do PT, quando essa lei foi votada nesta Assembléia. Mas, hoje, neste Governo, ouvimos várias vezes se levantarem contra a Lei Kandir, como se não tivessem tido aqui a mesma postura de submissão e subserviência que encontramos no Governo que acabou de deixar o Palácio da Liberdade. Então, os donos dessas vozes lavam as mãos, como Pilatos, mas queremos registrar que o Governo anterior adotou essa postura entreguista de forma muito firme, o que fica muito bem expresso na votação da Lei Kandir.

Mas foram feitas outras coisas. Vimos várias políticas do Governo Federal, como o Fundo de Estabilização Fiscal, que tirou 20% dos municípios e dos Estados, através do Fundo de Participação Estadual - e aí também houve silêncio. Apenas nossa bancada se levantou, como voz solitária neste Plenário, para denunciar o Governo Federal, por estar cortando recursos dos Estados e dos municípios, e o Governo Estadual não fez levantar a voz do Estado, não fez com que a voz de Minas fosse ouvida além de nossas montanhas.

Durante esses quatro anos vimos aqui uma política entreguista na autorização de venda das ações da CEMIG. Tocante a isso, a Bancada do PT não esteve sozinha. Contamos com mais meia dúzia de votos também contrários à medida e que continuaram com essa proposta, contra o atentado a um patrimônio invejável que é o patrimônio da CEMIG. Mas hoje muitas vozes que se levantam falando da CEMIG e da COPASA votaram a favor da venda, da alienação das ações. E agora, novamente, posam de opositoristas ao Governo Federal, adotando uma postura contraditória. Queremos deixar claro que tudo que estamos vendo, todo esse entreguismo do Governo Estadual, contou com a conivência da Assembléia Legislativa. O Governador nada fez sem a votação de projetos nesta Casa, nada fez sem ter suas medidas aprovadas por esta Assembléia. E somente a voz solitária da Bancada do PT e de, em algum momento, meia dúzia de gatos pingados, no bom sentido, levantou-se nesta Casa.

Queremos registrar o nosso apoio à moratória do Governo Itamar, que cria um choque com a política do Governo Federal. Fomos coerentes nesses quatro anos; a Bancada do PT se posicionando contra essas medidas. Durante quatro anos denunciávamos que viria o caos, e, nesta Casa, nessa mesa à esquerda, quando da votação da Lei Kandir, entre outras medidas impopulares, o ex-Secretário da Fazenda, João Heraldo, dizia ser um alarme falso porque haveria compensação, haveria a retomada do crescimento e que, se Minas perdia por um lado, ganharia por outro, com a retomada do crescimento. E a maior parte do Plenário presente nesta Casa, sentada nesses mesmos lugares, era de um silêncio muitas vezes cúmplice ou de uma concordância política com as propostas do ex-Secretário da Fazenda de Minas Gerais. Mas nós denunciávamos que o caos viria, denunciávamos que seria a recessão, denunciávamos que estava sendo quebrado o pacto federativo, com as medidas do Governo Federal, e denunciávamos também um Governo fraco e omissivo, que chorava diante das crises, como no caso da PM, ou se preocupava mais com sua coleção de tampinhas do que com os destinos de Minas Gerais. Esta Casa tem responsabilidade por essa situação porque foi omissa, conivente, cúmplice em alguns momentos com os desmandos a que estamos assistindo. Ao Governo Itamar não restava outro caminho. Pagar de que forma, se o pouco que poderia ter de recursos, no final do ano, o Governo cortou com a antecipação do ICMS? Se o pouco de recursos que poderíamos ter neste ano, o Governo secou, para pagar os fornecedores que lhe interessavam, para saldar, talvez, as dívidas de campanha que ficaram pendentes. E esta Casa se calou, esta Casa foi omissa.

Queremos aqui registrar a coragem do Governador, apoiar a moratória e dizer que hoje está havendo um ato, em Brasília, de apoio às medidas do Governo Itamar, no qual os partidos de oposição e as lideranças nacionais estarão apoiando a moratória decretada por Minas porque não se pode pagar a Banco enquanto o servidor público morre de fome, inclusive os servidores desta Casa que ainda não receberam o mês de salário. Não se pode pagar a Banco enquanto há quatro, cinco meses, os fornecedores não vêem o dinheiro para pagar a comida dos presos em penitenciárias e cadeias. Não se pode pagar a Banco enquanto servidores têm direitos atrasados há um, dois anos, para receber do Estado e não são pagos. Não se pode pagar a Banco quando estamos vendo o caos na saúde em Minas Gerais, o caos na educação. Mas o Governo anterior usou uma arma poderosa: a propaganda. E como dizia um grande ideólogo: "Conte uma mentira cem vezes até que se torne verdade". Através de propaganda nos grandes órgãos da imprensa, as mentiras foram contadas milhares e milhares de vezes, e hoje se tem a impressão de que Minas poderia ser um paraíso para o novo Governo.

Mas queremos apoiar o novo Governo e lamentar por esta Casa ter sido omissa. Foi cúmplice em alguns momentos, não reagindo nos momentos que deveria fazê-lo. Será que no novo Governo que se inicia, será que nos próximos quatro anos teremos a mesma postura, do silêncio e da conivência?

Estamos fazendo uma grande convocação para a segunda-feira, no "hall" das bandeiras, desta Casa Legislativa, ou no teatro como está dizendo aqui o Líder, para um ato público estadual que apoiará a moratória. Que Itamar Franco ajude não só a levantar a voz de Minas Gerais, mas também levantar, antes de tudo, a dignidade e a ética na política do Brasil! Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes às galerias, imprensa, é novo ano, mas o assunto lamentavelmente, é velho, antigo.

Não necessitaríamos de estar aqui neste mês de janeiro, mas a Assembléia foi convocada e estamos aqui para cumprir os últimos dias deste mandato, desta 13ª Legislatura.

Ocupamos a tribuna, como o fez o Deputado Durval Ângelo, para estabelecer um debate com esta Casa, porque as medidas e as discussões se darão aqui, porque todas as medidas tomadas foram votadas por esta Assembléia.

Fiz questão de trazer aqui um documento, que só chegou às minhas mãos em dezembro, e lê-lo para os senhores: "Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda. Belo Horizonte, 18 de novembro de 1998. Sr. Deputado, encaminho a V. Exa. o relatório da situação fiscal de Minas Gerais, síntese do período 95/98, solicitando na oportunidade atenta leitura do documento. Atenciosamente, João Heraldo Lima, Secretário de Estado da Fazenda. Exmo. Sr. Deputado Gilmar Machado, Líder do PT na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

Então, quero fazer uma discussão sobre a situação de Minas a partir dos documentos elaborados pela equipe do Governador Eduardo Azeredo, para que possamos chegar hoje à conclusão a respeito de se foi correta ou não a suspensão do pagamento, ou melhor, a continuidade do não-pagamento. Porque, por meio do documento enviado pelo então Secretário João Heraldo, Minas Gerais não estava fazendo o pagamento. Como deixamos de pagar, se já não estávamos pagando? Por meio do documento enviado pelo Secretário João Heraldo Lima, desde agosto, Minas Gerais não pagava nada ao Governo Federal. Está aqui o documento assinado pelo Secretário, dizendo que desde agosto o Governador Eduardo Azeredo não pagava nada à União. E aí eu pergunto: por que tanto estardalhaço agora dos Líderes do Governo Azeredo? Por que estão criticando o fato de Minas estar dando o calote? O que estava fazendo o Governo Eduardo Azeredo, se desde agosto não pagava? Então, o que o Governo Eduardo Azeredo fez, eu pergunto? Esse debate que queremos fazer. Sempre fizemos aqui, pela Bancada do PT, debates com base em dados objetivos e concretos. Dizíamos que a Lei Kandir era perversa para Minas Gerais, e o Secretário João Heraldo dizia que não era, que estávamos apenas querendo tumultuar.

Muitos Deputados diziam aqui que eu vinha apenas fazer barulho. Mas, pelo documento síntese, na página 5, o próprio Secretário João Heraldo Lima critica a Lei Kandir, quando fala das receitas correntes: "A tendência de crescimento da receita, em função do esforço da arrecadação, foi negativamente atingida pela Lei Kandir em 1997 e pelo agravamento do quadro recessivo em 1998".

É isso. Está aqui, Srs. Deputados, a confissão do Secretário da Fazenda, que a maioria desta Casa apoiou durante quatro anos, que diz que essas leis que a Assembléia votou foram prejudiciais ao conjunto do Estado. E não pára por aqui, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Diz o Secretário João Heraldo Lima, pela carta, que eu, particularmente, não faço uma leitura correta e que era para eu fazê-la. Fiz questão de fazer uma leitura atenta desse documento, do resumo que o Secretário nos enviou sobre os quatro anos do Governo Azeredo. E, na página 3, ele vem dizer por que Minas não estava fazendo o pagamento. Está aqui.

Aliás, foi enviada uma cópia desse resumo, pela Mesa Diretora, para todos os Deputados, na última convocação do Secretário, por mim requerida no mês de dezembro. Está na página 3 do relatório do Secretário da Fazenda: "Em 1995, Minas Gerais teve um rombo de R\$1.433.000.000,00; em 1996, o rombo foi de R\$391.000.000,00; em 1997, houve um déficit de R\$752.000.000,00, e, no ano de 1998, o que Minas Gerais arrecadou foi perdido. Ocorreu uma perda, e ficamos devendo mais R\$1.301.000.000,00".

Não sei se os números que o Secretário João Heraldo nos enviou estão certos. Quero acreditar que ele é um homem sério, que esses números estão corretos e que o Governador Eduardo Azeredo não aceitaria que fossem enviados para a Assembléia números falsos.

Portanto, esse é o relatório do Governo Azeredo. O Governo Azeredo entregou este Estado literalmente quebrado. Gosto de discutir baseado em dados objetivos e concretos, e esses dados foram fornecidos pelo próprio Governo. Na página 11, consta: "Informações contidas na tabela acima" - se alguém quiser pode vir conferir - "evidenciam que o componente principal da dívida até 31/5/98 e maior responsável pelo crescimento do estoque total é a dívida mobiliária, que evoluiu, em termos nominais, de 4,5 bilhões, em 31/12/94, quando o Governo assumiu, para cerca de 12 bilhões, em 31/5/98. Tal crescimento se deve unicamente às taxas de juros, às quais a tal dívida estava vinculada, uma vez que os títulos emitidos pelos Estados, as letras financeiras do Tesouro tinham seu rendimento vinculado às taxas de juros praticadas pelo Banco Central, no mercado de curto prazo, overnight."

Então, vejam bem: temos aqui o Governo do Estado dizendo que, quando assumiu, pegou uma dívida de R\$4.500.000.000,00, e, quando saiu, só a dívida mobiliária já era de R\$12.000.000.000,00. Mas a dívida hoje é de R\$20.000.000.000,00. E os outros R\$8.000.000.000,00, vieram de onde? O Governo falou que não pegou nenhum empréstimo. Vamos ver o que há na página 12: "Cumpra salientar que, no período de 95/98, o Estado contratou cerca de apenas R\$500.000.000,00 de novas operações, não havendo nenhuma emissão líquida de dívida mobiliária".

Portanto, não é dívida mobiliária, é empréstimo mesmo que o Governador pegou: R\$500.000.000,00. Está dito aqui. Os juros são extremamente elevados, e o Governo anterior está, agora, querendo tirar o corpo fora, dizendo que a dívida não foi feita por ele.

Assim, o objetivo da minha fala, nesta tarde, é mostrar que o Governador Eduardo Azeredo já não vinha fazendo o pagamento da dívida, e o que o Governador Itamar Franco fez foi falar que não ia pagar. Os outros também não vão pagar.

Quería que a Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, nos explicasse por que os servidores do seu Estado ainda não receberam os salários relativos ao mês de dezembro de 1998 e nem o 13º salário, quando diz que as contas de lá estão todas resolvidas.

Queríamos e queremos fazer esse debate. A partir do dia 1º de fevereiro, em Brasília, estaremos discutindo essas questões. Queremos ver a situação financeira dos Estados cujos Governadores estão dizendo que está tudo resolvido. Vamos discutir a situação da Bahia, onde são retidos, pelo Governador, 50% de todos os recursos que são enviados para o Nordeste. Ai, é muito cômodo falar que a situação lá está tranqüila, porque eles estão se beneficiando de uma reforma tributária que, hoje, é extremamente perversa para alguns Estados, mas extremamente vantajosa para outros. Queremos discutir tais questões. No entanto, espero que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais volte, de fato, a resgatar a sua capacidade de uma Assembléia Legislativa do 2º maior Estado da Federação, um Estado que sempre se levantou, que sempre discutiu o pacto federativo, que nunca aceitou a submissão diante do Governo Federal. Espero que esta Assembléia possa, de fato, fazer esse debate, possa apresentar propostas para as reformas fiscal e tributária, a fim de tirarmos os Estados e municípios da agonia em que estão vivendo, pois mais de 450 municípios de Minas Gerais deixaram de pagar o 13º salário aos servidores. A maior parte dos municípios não consegue pagar em dia os salários, porque não agüentam essa política, como a Lei Kandir, que é extremamente perversa, além dos 20% do Fundo de Estabilização Fiscal, que estão retidos. Entendemos que tais questões precisam ser alteradas urgentemente. Entendemos que é preciso um diálogo, pois não podemos ficar aqui fazendo confronto, enquanto a população está sofrendo, por exemplo, os servidores, que estão com seus salários atrasados, como acontece nesta Assembléia Legislativa. Gostaria de ver o ex-Secretário Marcus Pestana e o Deputado eleito Amílcar Martins dizerem que já existe todo o dinheiro. Gostaria de saber da Mesa da Assembléia se o dinheiro já chegou a esta Casa, porque o nosso representante, Deputado Ivo José, disse que o Governador não mandou o dinheiro para cá. Acredito no Deputado Ivo José, portanto não acredito naquela entrevista mentirosa do ex-Secretário Amílcar Martins, hoje eleito Deputado Estadual, em que tenta enganar a população, dizendo que fez os pagamentos, sendo que não foram efetuados. Duvido que a Mesa da Assembléia tenha recebido esse dinheiro, feito o depósito e não tenha pago os servidores. Duvido que a Assembléia tenha feito isso.

É preciso, neste momento, fazermos uma grande reflexão e um debate profundo. No entanto, não podemos ficar restritos à discussão da moratória. Queremos, na próxima segunda-feira, quando iremos realizar um ato público no teatro da Assembléia, contar com a presença dos sete Governadores que participarão do encontro no Palácio da Liberdade, além de outras grandes lideranças nacionais, de entidades da sociedade civil organizada, para fazermos uma grande conclamação e rediscutirmos as dívidas dos Estados, as questões fiscal e tributária. Não sei se vocês já sabem, mas as igrejas estão iniciando um grande movimento mundial para que haja, no ano 2000, na grande virada do século, o perdão das dívidas do Terceiro Mundo, como aconteceu no ano do jubileu. Esse movimento começa a ganhar força internacional. Aqui no Brasil iremos fazer também grandes movimentos.

Precisamos também discutir a questão do emprego, que hoje está muito séria. Temos de voltar a crescer. Não podemos mais ver pais e mães de família desempregados, não só em São Paulo mas também em Belo Horizonte, principalmente na área do comércio. Estamos vendo, em Uberlândia e em várias outras cidades do interior, os trabalhadores perderem os seus empregos, perderem os seus salários e, não conseguindo sustentar as suas famílias, perderem a auto-estima. Nesse ato público, a ser realizado no dia 18, queremos discutir não apenas a questão da moratória, mas vinculá-la a um grande movimento de recuperação deste País, pela geração de empregos, para que possamos de fato voltar a ter um país onde as pessoas tenham pelo menos um mínimo de dignidade, que começa pelo emprego. Uma pessoa sem emprego tem muito mais dificuldade de manter sua dignidade e a de seus familiares por ficar sujeita a uma série de questões e à dependência de outras pessoas. É por isso que gostaríamos de encerrar conclamando e esperando que a Assembléia Legislativa de Minas possa de fato assumir seu papel. Que possamos examinar todos os projetos. Queremos dizer aqui que a Bancada do PT estará discutindo todos os projetos. Não importa se teremos um ou outro companheiro neste Governo, vamos discutir se for de interesse da comunidade, se for de interesse da população. Vamos votar, não vamos ficar de cabeça baixa só porque o Governador mandou. Vamos examinar todas as questões e vamos votar de acordo com nossa consciência. Se nessa convocação for votado o projeto que apresentamos sobre o fim da contribuição previdenciária, continuaremos defendendo e iremos votar a favor dele. Para nós não interessa se mudou o governo, o que nos interessa é termos projetos justos. Vamos votar a favor, não interessa o governo que esteja aí. O que queremos é dar prioridade aos interesses da maioria do povo, por isso damos todo o apoio à moratória e esperamos que os governos do PT façam a mesma coisa. Queremos também, no ato do dia 18, a presença de todos os Deputados, para que possamos mostrar que de Minas sairá, de novo, um grande movimento para recuperar o crescimento econômico e, acima de tudo, a viabilidade dos Estados e municípios. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a imprensa nacional, os Governadores, com seus discursos, alguns até num momento de emoção, mas sem esconder uma falsa demonstração de humildade, sem esconder a demagogia, procuram atacar o Estado e o povo de Minas Gerais até com frases como esta: "O Estado de São Paulo não virará as costas para o Brasil". Como o tempo leva rapidamente o homem a esquecer! O Estado de São Paulo virou as costas para o Brasil e quis até se desligar do Brasil, quis ser um país independente. Não só negligenciou a Nação brasileira inteira, como chamou de "resto" o Brasil. Se não fosse o Estado da Inconfidência, o Estado da unidade nacional, o Estado vocacionado por Deus, politicamente, para mudanças sérias no País, se não fosse a revolução liderada por Minas Gerais com o apoio do Rio Grande do Sul, que culminou, que terminou dentro do Estado de São Paulo na década de 30, São Paulo, hoje, não só teria virado as costas, como teria sentado o pé no Brasil. O Brasil é um país vocacionado para ser uma grande nação. Estudiosos e antropólogos sabem que este povo tupiniquim, que esta raça resultante da mistura de europeus com negros africanos, com índios sul-americanos, é inteligentíssima, campeã em quase tudo ou em tudo que encara com seriedade e com oportunidade de competir. Vede o esporte, vede as literaturas, com Rui Barbosa, Castro Alves, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio; vede a ciência, com César Lattes e Santos Dumont. Quantos brasileiros hoje ensinam americanos e europeus na tecnologia de ponta do mundo inteiro, porque tiveram oportunidade de estudar. O Brasil precisa voltar-se para si próprio e descobrir as vocações que seus Estados têm para libertar-se e para abençoar o resto da Nação.

E Minas Gerais, Srs. Deputados, levantou sua voz, sim, levantou sua voz para mostrar ao País e ao mundo que os Estados brasileiros são totalmente escravos, subservientes de um Governo Draconiano e "draculiano". Draconiano porque legisla com leis pesadas, com leis duras, e "draculiano" porque suga o sangue do povo brasileiro com impostos e mais impostos. E, dos impostos que se arrecadam, a grande maioria se destina à União, que nunca o usa bem e, quando usa, o faz politicamente, usa para fazer política brasileira ou politicagem, a ponto de o povo brasileiro sentir-se envergonhado quando um Presidente de outro país vem ao nosso cumprimentar e abraçar o nosso Presidente poliglota, que só fala mal o português, e diz que a corrupção brasileira é endêmica. É endêmica porque não se combate a corrupção; é endêmica porque não se procura arrecadar recursos onde o País tem de sobra: o seu solo, o seu subsolo, o trabalho de seu povo.

Numa CPI constituída nesta Casa, para vergonha nossa e espanto dos que prestam atenção - porque o pior brasileiro é aquele que não presta atenção, e o pior de todos é o político brasileiro que nem sequer dá atenção a fatos como este -, provado foi, comprovado ficou que não há, nem na Receita Federal, nem na Polícia Federal nem nos órgãos competentes, homens capazes de sequer avaliar as pedras e as riquezas preciosas de nosso solo, que saem para fora a preço de banana, porque a taxaço sobre as nossas riquezas é imoral. A nossa legislação foi feita, especialmente a da extração de pedras e minérios, para atender ao interesse de cartéis mafiosos. E não só não se presta atenção, como também não se combate. E, quando se quer levantar dinheiro, pensam no povo, pensam em impingir mais impostos, que nunca são aplicados onde deveriam ser ou com o motivo pelo qual foram criados. Vejam a CPMF, vejam como está a saúde no Brasil, vejam o IPVA, vejam como estão as estradas do País, especialmente aquela que liga a Capital mineira à Capital da República: que buracos, que desonra, que vergonha! Vejam a corrupção dos Deputados que se venderam para votar na reeleição, e nunca se constituiu uma CPI para apurar isso. Vede, senhores, o SIVAM, vede senhores que, por coisas menores que essa, o Collor foi cassado. Posso afirmar aqui, como um brasileiro que apenas observa os fatos, como pequeno filósofo, como cristão, que, se compararmos o Presidente draconiano que está aí a Collor de Mello, veremos que Collor de Mello é um lambari diante de um tubarão.

Vejam os senhores que Minas mostra ao mundo que os nossos Estados são independentes. Nas nações republicanas que crescem, os Estados são independentes. Vejam o nome: Estados Unidos da América, Estados Unidos do Brasil, ou poderia ser União dos Estados Brasileiros. Lá na América existe Estado que não paga imposto. É necessário que os nossos Estados tenham independência: independência jurídica, independência financeira, independência tributária, independência administrativa. Existem Estados que têm pena capital; outros, não. Em certos Estados certas coisas são liberadas; em outros, não. Em alguns Estados existem leis muito distintas das de outros Estados, porque existe independência. No Brasil, não.

Os nossos Estados são todos escravos, trabalhadores da casa de César. Mas agora, S. Exa., o Presidente da República, encontra um homem, não do tamanho dele, mas maior do que ele, porque foi maior do que ele quando Presidente da República, quando não mentiu para o povo brasileiro, quando não fez o que era interesse dos cartéis, como o cartel das indústrias automobilísticas, e, especialmente, brasileiras. Digo automobilísticas brasileiras. Os nobres Deputados sabem que estão falando das nossas indústrias: da Ford do Brasil, da GM do Brasil, da Volkswagen do Brasil. O povo é usado como mercancia, como mercadoria, como fator de lucro, esmagando a mais não poder.

Tínhamos um Governo Estadual totalmente subserviente que, com o Governo Federal, não só oprimiu o povo, não só esmagou o povo, não só esmagou o funcionalismo, como aumentou impostos, como deixou as nossas estradas um caos. Para o professorado diz que não tem dinheiro. Não tem dinheiro por quê? O BEMGE foi privatizado para quê? Para queimar arquivos de péssimas administrações, assim como a MinasCaixa foi fechada por uma dívida de R\$9.000.000,00 e até hoje não se apurou, não se fez uma CPI para mostrar grupos de politiquinhos brasileiros, de políticos genuinamente brasileiros, ou seja, corruptos, corrompidos, que continuam dando as cartas e permanecem impunes. E o povo, sofrendo. E votos, sendo comprados. Comprados com ambulância, com subvenções. E nada se faz.

Então um Estado dá o grito: moratória! Moratória? Mas como? Moratória é uma linguagem internacional. O Governo não vai pagar ao próprio País, então, é calote. Quem disse isso? O Estado tem de ter independência. Somos um Estado do Brasil e jamais aceitamos nos desligar do Brasil. Jamais passou pelo pensamento de Minas se libertar desta Nação. São Paulo, cujo Governador dizia emocionado - mas demagogicamente -, para defender o seu partido: "São Paulo jamais virará as costas para o Brasil", São Paulo quis largar o Brasil. Minas quer levantar o Brasil. E o que pode levantar a nossa Nação é a palavra, é a voz, porque no princípio era a palavra. É o Verbo a palavra verossímil, verdadeira. Chega de opressão, de impostos, de governos que se isolam. E aquele que se isola busca o seu próprio interesse.

Tivemos uma chance de tirar esse homem daí. Mas o próprio PMDB traiu aquele que seria, sem dúvida, vencedor nas urnas: Itamar Franco. Graças a Deus, depois, ele reconheceu isso e voltou, não como Presidente, mas como Governador do Estado da palavra, do Estado da Inconfidência, do Estado da revolução ideológica. E as armas da nossa milícia são diferentes. São armas intelectuais, são armas verazes, capazes de destruir fortalezas, de anular sofismas e de levar toda mente cativa à verdade. Porque as armas da nossa milícia têm como sua força maior a voz. A voz que clama, não num deserto, porque muitos estão escutando a voz que clama por justiça, porque não se pode mais pensar em ser esmagado por uma União que só pensa em imposto, e não no povo, e cuja Nação se constitui de um pequeno grupo de empresários, e não do povo inteiro. O processo de globalização está aí. Ele é irreversível. Mas o que o FMI está querendo impor ao povo brasileiro sequer foi questionado, sequer foi examinado, porque não se dá ao povo brasileiro condições de competir.

Srs. Deputados, graças a Deus, Minas tem uma voz. Não devemos ficar aqui atacando um ao outro, dizendo que certo partido apoiou ou não. Todos os partidos tiveram falhas, inclusive o PT. Mas agora é hora de Minas unida. E, se Minas se levantar, a vocação que norteia este Estado pelo seu espírito, que foi dado por Deus, de mudar, vai fazer com que o nosso País seja uma nova Nação e com que nosso Estados sejam independentes, mais livres, e que brotem e afluam para o mundo os talentos que Deus deu a esse povo brasileiro e, especialmente, ao povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Wilson Pires - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que motivos poderiam mover-me para que voltasse a fazer uso da palavra, se há dias atrás já me havia despedido da tribuna desta Casa? Esta ressalva é necessária para que não se veja em minha decisão uma abdicação, uma renúncia e, muito menos, uma omissão, no exercício do meu mandato parlamentar até o seu término. Reservamo-nos o direito de lutar até o fim, para que não se abuse, para que não se faça do litígio uma constante, para que não se faça da legalidade a máscara da violência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai-se vulgarizando, no País, a idéia de que existe no exercício da opinião um delito e de que é necessário puni-lo quando contraria a impunidade que os poderosos reservam para seus próprios atos. Ao decretar a moratória do Estado de Minas Gerais, o Governador Itamar Franco não quis travar nenhuma batalha de cunho pessoal, nem de ordem doutrinária. Sem outras alternativas, visava apenas mostrar aos mineiros e à Nação a conduta política e econômica dos homens do Governo, que têm parcelas - e, no caso, parcelas decisivas do poder nacional. Queria uma solução para os problemas sócio-econômicos de Minas Gerais. Tanto tem essa iniciativa de legítima e compreensível, Sr. Presidente, quanto tem de desrespeitosa e irresponsável a atitude que teve para com Minas Gerais o príncipe Fernando Henrique, herdeiro do seu próprio espólio. Isso só se compreenderia se acontecesse num País de regime totalitário, Sr. Presidente.

Na minha última fala, ao despedir-me desta Casa, falei sobre o sistema federativo deste País. A Federação desaparece à medida que o Governo central exerce pressão do domínio econômico e financeiro sobre os Estados. Os Estados não serão outra coisa ou em outra coisa não se transformam senão num vasto conjunto de unidades débeis economicamente, de unidades políticas impotentes sob as quais, do alto do seu projeto, o Governo central exerce um domínio incoercível, uma força contra a qual nenhuma outra força se pode organizar com a possibilidade de enfrentá-lo, de debelá-lo, de controlá-lo.

Cada vez que o Governo central destina recursos orçamentários insuficientes para os Estados, mas sempre com desprestígio e menosprezo pelo fortalecimento deles, temo pela sorte, já não do funcionamento das instituições, que tão combalidas se encontram no País, mas pela própria unidade nacional, que não se faz da fragmentação dispersiva das unidades estaduais, mas sim da sua harmoniosa articulação, cuja cúpula, cujo vértice, em todo caso, seria e deverá ser o Poder central da República. A negociação das dívidas dos Estados é, no fundo, uma ficção. E, para dizer tudo, uma impostura. Incluem-se imediatamente nos planos de economia as despesas que interessam aos políticos dos grupos aliados, que, dentro do próprio Governo, manobram o Governo contra si mesmo.

É como aquele pai irresponsável que destina uma mesada insuficiente para o filho estudante, sabe que é insuficiente, mas nada faz para torná-la suficiente. Se o Itamar, ao decretar a moratória de Minas Gerais, perturba a marcha do Governo do Sr. Henrique Cardoso, é porque Minas é parte ponderável da Federação, e nenhum Governo central pode pensar ou administrar sem ela.

Se o Governo central do Sr. Fernando Henrique fosse realmente um governo democraticamente forte, não ousaria simular que ignora Minas Gerais e muito menos deixaria de convidar Itamar para uma negociação, pois conhece o seu passado.

O erro fundamental do Governo Fernando Henrique consiste em julgar que pode voltar as costas para Minas Gerais e governar como se ela não existisse, que pode negociar a dívida do Estado sem levar em conta a sua ponderável existência. Por outro lado, se existe de fato um poder concedente, com certo direito a exigir do concessionário determinadas garantias e determinados compromissos, vamos estender o argumento e chegar ao fundo da questão. E, então, compreenderemos que há um contrato maior e mais alto, que a esse sobreleva, que é o contrato implícito entre a Nação e o Governo, no momento em que este se constitui pela eleição.

Não pode, pois, o Governo concessionário do poder temporário, que é chamado a exercer, furtar-se ao cumprimento das cláusulas do contrato político contraído, nem deixar de negociar dentro da realidade de cada Estado da Federação. Em suma, quando de seu advento no poder, o seu descumprimento importa naquele crime contra o qual São Tomás de Aquino, apóstolo da ordem, da lei e da razão, sustentava até mesmo o direito de rebelião e, mais que isso, o dever da insurreição, porque no sistema federativo, quando o Governo central deixa de cumprir ou de negociar um pacto fundamental, ele se converte em usurpador. Neste momento, o Governo central, o Governo do Sr. Fernando Henrique, ao exigir humildade aos mais humildes, caminha a passos largos para a usurpação, cuja exigência para Itamar procurá-lo salta aos olhos de qualquer pessoa de boa-fé, ficando de braços cruzados, esperando com um sorriso sarcástico no canto da boca a negação de um desejo de uma imensa parcela do povo mineiro que o colocou no trono. Diante disso, que dizer-se,

que pensar, como julgar um governo que assim procede?

Hoje, meus amigos, Srs. Deputados, quem manda no Brasil são grupos, grupos que se escondem atrás de bonifrates, atrás de fantoches, cujos cordéis se remexem nas mãos ávidas desses grupos insaciáveis, que esfomeiam o povo, que empobrecem a Nação e que têm o despudor de aparecer em público como apóstolo da lei e da ordem. Por outro lado, Minas Gerais, como sempre, dá uma lição franca, oportuna e adequada para demonstrar ao povo os riscos e os perigos que correm a vontade de Minas e a vontade nacional, com essa exigência descabida e imoderada do poderoso que deveria ser mais humilde e servir de instrumento à consagração da verdadeira democracia. Com seu gesto, Itamar traz à tona a exploração das emoções dos incautos e a última ilusão que resta a um povo que anseia por libertar-se, a quem se pretende impor hoje um colete de aço sufocante.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, convidados que nos honram com a visita à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o que poderíamos nós trazer como pensamento na tarde de hoje, senão aquele que domina o noticiário da imprensa nacional e até internacional?

Dos contrafortes e das montanhas de Minas Gerais ecoa mais uma vez o brado de basta à submissão do Brasil ao domínio e à espoliação internacional.

É histórico e longínquo o estado de dominação em que vive o nosso País, desde o seu descobrimento, espoliado pela metrópole portuguesa, submetido às invasões de outros países colonizadores, submetido a acordos do Império com a potência inglesa dominante no cenário internacional e, recentemente, submisso à prepotência desse malévolo país denominado Estados Unidos da América do Norte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora tenham se passado séculos desde a época inicial de reação dos primeiros patriotas brasileiros, desde Felipe dos Santos, do alferes Tiradentes e toda aquela gama de inconfindentes, realmente o cenário mundial alterou-se.

Dizem os historiadores que a globalização se iniciou com a descoberta da América e de outros continentes. Outros vão mais além e dizem que a globalização começou mesmo com o apóstolo Paulo de Tarso, quando este saiu em pregação pelo mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos, nesta tarde, ao ocupar a tribuna, deixar de dizer que, durante nosso primeiro mandado parlamentar, representante solitário do PPS nesta Casa, decidimos, em reunião da executiva do partido, apoiar o Governador Eduardo Azeredo no 2º turno de sua primeira candidatura. Depois de sua vitória, decidimos que manteríamos, com independência, o apoio ao Governador.

Aos meus colegas Deputados é mister dizer que cumpri as determinações de meu partido e as decisões da executiva partidária e fui leal ao Governador Eduardo Azeredo naquilo que pude ser. O PPS votou com S. Exa. grande parte dos projetos trazidos a esta Casa. Mas nossa independência, embora isolada e solitária, fez-se presente em muitos momentos na última legislatura. Votamos, por exemplo, contra o aumento da contribuição previdenciária de 8% para 11,5%. Votamos contra privilégios, até mesmo contra o aumento de auxiliares diretos do Governador do Estado. Por isso é que nosso nome não apareceu no cartaz da CUT que apresentava alguns Deputados desta Casa como traidores do povo.

Votamos ainda contra algumas medidas do pacote do Governador Eduardo Azeredo no final do ano de 1997. O aumento das taxas judiciárias, por exemplo, nós rejeitamos, e isso nem foi por determinação partidária, mas por foro íntimo e por orientação da minha mulher, que é advogada. Antes que eu fosse Deputado deste Estado, ela se queixava da dificuldade de exercer a advocacia, devido ao fato de os cartórios cobrarem taxas judiciárias acintosamente caras em detrimento do trabalho do advogado, que, se tivesse consciência e o mínimo de sentimento humanitarista, não as cobrava de sua clientela de menor poder aquisitivo.

Existe o amparo da Defensoria Pública Estadual, mas, antes que esta Casa tivesse aprovado a efetivação de Defensores Públicos, a assistência ao preso pobre era um caos em Minas Gerais. Em nossa cidade, quando fomos Prefeito, instituímos uma Defensoria Pública Municipal para suprir a omissão do Estado, que não pagava ou, quando pagava, remunerava com um salário mínimo uma Defensora Pública para assumir um papel tão importante no Estado.

Por isso mesmo estamos aqui hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até para nos insurgirmos contra certos setores da imprensa conservadora, como a revista "Veja", que, em uma chamada de capa, diz que "Itamar, o trapalhão, volta ao poder" e repete a afirmação no primeiro parágrafo do texto inicial de jornalistas irresponsáveis, maledicentes e comprometidos com a burguesia e com o poderio econômico - como são os dois jornalistas responsáveis por esse artigo da revista, cujos nomes não me recordo neste momento. Assim, gostaria de fazer um protesto formal contra esses setores que estão submissos aos donos de uma poderosa imprensa, comprometida, sim, com o capital internacional, que quer jogar nas costas de Itamar a responsabilidade pela queda de bolsas de valores no cenário mundial. Acho que, como brasileiros, vivendo neste País desgraçadamente pobre e miserável, não temos de nos preocupar com nenhuma queda de bolsas de valores, porque nosso Governador ameaçou não pagar até os eurobônus. Se um país desgraçadamente pobre e miserável como o nosso vive sob a exploração internacional, que se danem os outros países, que se danem as bolsas de valores e essa maldita globalização econômica. Entendemos que a globalização é um fenômeno irreversível da humanidade, que, como já dissemos, talvez tenha começado com a própria descoberta da América, na busca do caminho das Índias, há 500 anos. Mas não é tudo que podemos aceitar em nome dessa globalização irreversível do planeta - que passou a ser conhecido como aldeia global, conceito introduzido por McLuhan, em 1989, em seu livro "The Global Village", que trazia a idéia de que os povos do planeta passariam a viver em comunidade, porque a instantaneidade da informação faria com que os acontecimentos pudessem ser percebidos em todo o planeta, diferentemente do que acontecia até então.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que se danem os senhores donos da economia de um país dirigido por malandros e parentes - coisa que digo com propriedade, porque não podemos suportar e aceitar que um Luiz Carlos Mendonça de Barros e seu irmão José Roberto ou um Lara Resende, recentemente banidos da direção da equipe econômica, mancomunados com setores que espoliam este País, possam continuar fazendo de nós, brasileiros, uma massa de manobra, um povo oprimido. Por isso mesmo, a minha admiração, em certos momentos, não pela personalidade de um Saddam Hussein ou de um terrorista como Ossama Bin Laden, mas pela coragem e pela grandeza de homens que, como eles - Saddam Hussein, Ossama Bin Laden, Muamar Kadafi, Fidel Castro -, têm, acima de tudo, a dignidade pessoal de se contrapor a esse mundo globalizado, mesmo sabendo que podem ser exterminados, a qualquer momento, por esse poderio global que se instala e que tem como ponta-de-lança o poderio anglo-americano.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo de Minas Gerais vai, apenas, como disse o Governador, suspender o pagamento das dívidas, não dar o calote.

Quero dizer que o Presidente da República, de acordo com os pareceres de constitucionalistas e tributaristas gabaritados deste País, não poderá reter recursos do Fundo de Participação dos Municípios e confiscar ICM de Estados, de maneira autoritária e arbitrária, porque há maneiras jurídicas de se barrar esse confisco. Pior do que isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esse Governo já vem confiscando o Fundo de Participação dos Municípios há muito tempo, através do Fundo de Estabilização Fiscal. Esse Governo já vem prejudicando Minas Gerais, como um Estado exportador, há muito tempo, com o confisco, através da lei Kandir, que diminui nossa receita. E ele já tem outro artifício, muito mais grave, que é a elevação da CPMF de 0,20% para 0,38%, para conceder desconto no Imposto de Renda. E o povo não sabe que é este mais o IPI que constituem o bolo que vai formar o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Portanto, o Governo Fernando Henrique Cardoso, monárquico, imperial, não respeita a Constituição, que diz, em seu art. 1º, o seguinte "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político". E, em seu art. 4º, diz que "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional;". E não é isso que acontece, pois estamos sendo explorados pelo capital internacional. "II - prevalência dos direitos humanos;". Os direitos humanos estão sendo imensamente prejudicados. "III - autodeterminação dos povos;". Mentira, porque, recentemente, o Ministro Lampreia, à revelia de decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiou o massacre anglo-americano, de dezembro, no Iraque. "IV - não-intervenção;". O Brasil tem apoiado intervenções em países soberanos. "V - igualdade entre os Estados;". Por isso mesmo, Sr. Presidente, essa Federação tem que ser revista, como temos visto o clamor do povo. E não será um meio de comunicação importante, como a Rede Globo, que chama o Governador Itamar Franco de caloteiro, que continuará iludindo o povo, porque temos canais alternativos, como o Canal 23, de Minas Gerais, a TV RIP, a TV Horizonte, onde tivemos ontem um belíssimo programa, condenando o Governo Central e elogiando a decisão da moratória, dizendo que ela deveria ser decretada pelo Presidente da República aos países que exploram o Brasil. A medida de Itamar Franco não deveria ser só do Estado, pois o Presidente da República deveria declarar "sim" à moratória e seguir a pregação do nosso querido Enéias, meu colega de profissão: que o Brasil começasse a construir a sua bomba atômica, porque, sem bomba atômica, não há soberania nacional.

O Deputado Paulo Pettersen\* - É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma análise com relação à aprovação das contas de S. Exa. o ex-Governador do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de chamar a atenção para o que está ocorrendo em Minas Gerais, infelizmente, por falta de competência e habilidade do Presidente da República, que deixa as suas atribuições numa hora grave, dá as costas para o problema de Minas Gerais, não apenas para o nosso Governador, para ficar até domingo nas praias de Sergipe. Isso é lamentável. Enquanto isso, os credores externos estavam se reunindo com o Governador, Itamar Franco, e com o Secretário da Fazenda, discutindo como será o

pagamento ou a flexibilização do pagamento de uma dívida, que corrói o esforço do povo mineiro. No entanto, o nosso Presidente, que é brasileiro, deixa na "mão de calango" uma situação tão grave. Mas todas as Assembléias Legislativas do País estão atentas para essa grave irresponsabilidade do Sr. Presidente da República. Tenho a certeza de que, como verificamos, não apenas a opinião pública de Minas está a favor de nosso Governador, mas também a opinião pública de todo o País.

O Presidente Fernando Henrique cobra do Governo de Minas o cumprimento da lei, mas deu ao Estado de Goiás um tratamento diferenciado, um tratamento evidentemente político. Na quarta-feira, dia 6, o Secretário da Fazenda de Goiás, Jalles Fontoura, acertou novos prazos para o pagamento de uma parcela da dívida consolidada, que havia vencido em dezembro e não fora honrada pelo Governo anterior. Tudo foi feito com a maior discrição, sem ameaças de seqüestros dos repasses ao dito Estado, governado por Marconi Perillo, do PSDB.

O Ministro Malan, que foi manchete em toda a mídia nacional, cobrando o cumprimento da lei e excedendo-se em suas afirmações contra o nosso Estado, permitiu que o Governo de Goiás escalonasse, ao longo dos próximos 60 dias, o pagamento de aproximadamente R\$17.000.000,00. O prazo começou a ser contado na última quinta-feira. A atitude da equipe econômica com relação ao Governo aliado de Goiás demonstrou que as dívidas dos Estados têm tratamento político, pois, na sexta-feira, durante a reunião ministerial, o Presidente exigia rigor e cumprimento da lei, a fim de isolar o nosso Governador, Itamar Franco.

Vários Governadores criticaram a atitude de Minas. A Governadora do Maranhão articulava e articula uma reunião de vários Governadores para o dia 15, em São Luís, para tratar da dívida, numa clara tentativa de esvaziar a reunião dos Governadores de oposição, no dia 18, em nosso Estado.

O Governador do Ceará baixou o nível na mídia nacional, tachando o nosso Governador de caloteiro, enquanto o Governo de Minas estava tentando reabrir as negociações. No entanto, a opinião pública entendeu esse esvaziamento eminentemente político para calar Minas, que foi comandado pelo Presidente Fernando Henrique.

Mas não é apenas Minas que está falida, a maioria dos Estados da Federação terá de renegociar para não ficarem insolventes, como é o caso do Rio de Janeiro. Portanto, o tiro saiu pela culatra. O Governo terá de abrir a renegociação para todos. Se não houver renegociação, todos esses Governadores estarão concordatários. Eles não tiveram a coragem de dizer a verdade à Nação. Quanto ao elogio do Sr. Presidente ao ex-Governador de Minas de que foi o melhor Governador que Minas já teve, ele tinha razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque nem Magalhães, nem Juscelino - muito menos Milton Campos e Tancredo ou Itamar Franco - negociaria a dívida contratual do Estado nos termos em que foi negociada, porque nenhum deles tem a frouxidão do Sr. Azeredo, que aceitou a imposição do Governo Federal, a qual estrangulou e está estrangulando a nossa economia. Doravante, Minas quer o que é bom para o Brasil, pois, assim sendo, é bom também para Minas. Hoje, temos orgulho de ter a maior reserva moral do País à frente do destino de nosso Estado. Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a mais séria atitude vista e comandada em toda a mídia nacional foi o Presidente da República e o Ministro da Fazenda terem a falta de hombridade, a hipocrisia de dizer para todo o Brasil e para toda a imprensa nacional que o Governador de Minas é caloteiro, tentando confundir a opinião pública, ao darem a entender que calote é igual a moratória. Mas sabem, Srs. Deputados e Sr. Presidente, que quem deu calote no povo mineiro foi o Sr. Fernando Henrique, durante a sua campanha, escondendo a crise com incrível e peculiar habilidade de um autêntico caloteiro para garantir a sua reeleição no primeiro turno. Um Presidente que governa com medidas provisórias não tem moral para exigir o cumprimento da lei por parte do Governador, que merece todo o nosso respeito. Se acioná-lo, caberia, sim, um "impeachment" do Presidente, porque a prática desses excessos é inconstitucional, não prevista no regime democrático. Não vamos aceitar retaliação do Governo Federal.

Como é calote, se o Governador quer pagar, mas segundo a realidade financeira de Minas? O caloteiro não tem nem usa esta linguagem. Não vamos permitir provocação de Governadores "paus-mandados" do Fernando Henrique contra Minas, vamos responder à altura e ir às últimas conseqüências de nossa responsabilidade. Não vamos pagar a dívida com o desemprego e o sangue do trabalhador e do povo mineiro. O Governo tem que respeitar a dignidade montanhesa, que, nas horas precisas e delicadas, nunca faltou com o Brasil. Minas jamais deixou de honrar seus compromissos, sempre foi e sempre será a guardiã da constitucionalidade comprometida com o estado de direito da justiça social. O grito de Minas foi ouvido além de nossas fronteiras. Quem levantou a voz e teve coragem tem a credibilidade necessária de um estadista que governa um Estado importante desta Federação.

O Governo do Sr. Fernando Henrique não pode continuar praticando essa política de juros extorsivos responsável pelo desemprego e a quebra de Minas. Como Minas e o Brasil poderão retomar o crescimento se os juros continuam asfixiando a economia? Serve, apenas, para situar, cada dia mais, a miséria. Não é apenas a opinião pública do nosso Estado que o apóia, mas a de todo o Brasil. Não a submissão, mas o respeito mútuo. Portanto, o espírito libertário do nosso povo permanece intacto e cravado nas Alterosas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, independentemente de partido, temos nos colocado ao lado da sociedade, para lhe dar apoio contra essa ingerência, que quer, de qualquer forma, impor a capitulação ao Governo do Estado. Não vamos permitir isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos que estar ao lado da nossa Minas Gerais, temos que estar ao lado de Itamar Franco. Os outros Governadores não tiveram coragem de dizer, perante a Nação, que seus Estados estavam quebrados, porque, daqui a um, dois ou três meses, tenho certeza e é saber de todos, esses Estados estariam insolventes. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que Itamar Franco fez servirá para muitos, que virão em sua esteira, tenho certeza, não contendo a postura devido às ameaças e às ingerências do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Mas a própria história irá nos revelar dados dos mais positivos. Se todos os Governadores, ou a maioria deles, não renegociarem suas dívidas, estarão insolventes. Então, a moratória de Minas, que não é de Itamar Franco, mas de Minas, será útil não apenas para o nosso Estado, mas para o Brasil, porque os outros Estados da Federação estão na mesma ou em pior situação financeira.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pensem sobre um Governador receber uma responsabilidade e essa herança que veio do ex-Governador. Temos que estar de prontidão, atentos a essa realidade que querem transformar em junção política. Mas isso jamais, Itamar Franco não tem essa estirpe, e, apesar do seu passado e de sua história, hoje o Presidente da República falta-lhe com a moral, falta-lhe com a atenção devida e deveria estar aqui ou mandar seus Ministros para entrarem em entendimento sobre a dívida de Minas. Mas, não, o Presidente da República virou as costas para Minas Gerais e está curtindo suas férias nas praias de Sergipe, como se não estivesse acontecendo nada. Onde está a responsabilidade de governante? Onde está o senso de responsabilidade? Pergunto isto, Sr. Presidente, numa hora como esta, em convocação extraordinária, atentos aos interesses do nosso Estado, enquanto o Presidente dá-se ao luxo de curtir suas férias, deixando o "pepino" e os problemas ao deus-dará. Essa falta de governabilidade, essa falta de bom senso, essa falta de desprendimento e de espírito público é notória em sua majestade, o Sr. Presidente da República.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Estamos aproveitando e gastando nossos 60 minutos. V. Exa. está de parabéns por seu pronunciamento. Quero apenas deixar registrado nos anais desta Casa um bilhete, que chegou agora, de um grande paulista.

Em nosso pronunciamento dissemos que o Governador de São Paulo, num momento de comoção, mas de infelicidade por não ter refletido - é a falta da reflexão que leva o homem, na precipitação, a falar errado -, disse que São Paulo não viraria as costas para o Brasil, e nós dissemos que em 1932 São Paulo quis desligar-se do País. E esse grande professor paulista, professor da USP, que foi Diretor da Universidade Mackenzie de São Paulo, diz que a Revolução Constitucionalista de 1932, Deputado, aconteceu da seguinte forma: as elites paulistas deflagraram a Revolução Constitucionalista contra o Governo Federal. Exigia-se o fim da intervenção nos Estados e a convocação de uma constituinte mais séria, para que os Estados, acrescente, fossem respeitados. Para que a autonomia do Estado fosse respeitada, porque isso é importante para a formação da nação, até para o patriotismo. Os paulistas foram derrotados. E acrescente: se a situação continuar como está, a história vai mostrar o inverso. O Brasil inteiro virará as costas para o Presidente que está aí. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen \* - Sr. Deputado, a sua observação é muito oportuna, mas doravante o Sr. Presidente da República vai ter de mudar o seu comportamento e as suas tratativas com os demais Estados da Federação. Minas deu esse exemplo. Minas sempre soube, dentro do seu equilíbrio, ter iniciativas de importância nacional dentro da nossa realidade econômica e social. E tenho a certeza e a convicção de que Minas é o grande sinalizador, tanto para o norte econômico como para o social, porque dentro dessa filosofia é que conhecemos a estatura do nosso Governador e ex-Presidente da República, Itamar Franco, que reúne condições e conhecimento para uma nova ordem funcional entre os Estados, para que possam reviver o vigor e a esperança do Estado de Minas Gerais e do nosso País. Ele, sim, é a maior reserva moral deste País. Antes este País não ouvia ninguém, tampouco o Presidente da República. Hoje toda a Nação ouve Minas, até mesmo distante das suas fronteiras nacionais, porque Minas tem a responsabilidade de soerguer não só este Estado falido, mas de ajudar a soerguer também a economia nacional.

Não podemos pagar o preço imposto por Fernando Henrique Cardoso, que só contribui com especuladores neste País. Não podemos concordar com esse desemprego que está trazendo a pobreza e a miséria a nosso Estado e a nosso País. Não podemos omitir que essa responsabilidade é de cada um de nós que está aqui nesta Casa, independentemente de partido. Temos de ajudar a demonstrar a importância e a participação do nosso Estado na conjuntura nacional. É para isso que Itamar Franco assumiu o Governo do Estado, com a mais expressiva votação que a história de Minas já teve. Por quê? Porque tem credibilidade. E não adianta querer desmoralizar o nosso Governador do Estado, porque a opinião pública está ao seu lado, respaldando os seus atos. E nós, aqui nesta Casa, haveremos de nos juntar, não a Fernando Henrique ou a Governadores descompromissados com a realidade e com a Pátria, mas sim à opinião pública, à sociedade, para que esse Fernando Henrique possa achar o caminho, o norte que todo este País espera, que todo o povo mineiro espera. Não vamos permitir a submissão. O nosso Governador jamais capitulará ante o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Ele tem de respeitar Minas, porque o Sr. Governador, querendo ou não o Sr. Fernando Henrique, é respeitado no nosso Estado e lá fora.

Uma palavra, uma colocação, um gesto, uma atitude do Sr. Itamar Franco gera, sim, preocupação, porque ele é um homem que reúne condições morais para dirigir o Estado e o País ou para dar uma informação.

Então tenho que me juntar à opinião pública em defesa do bem estar do povo mineiro.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Agradeço a V. Exa. o aparte e o parabenizo pela emoção e pelo brilhantismo de suas palavras. Gostaria de pegar uma carona no aparte do ilustre Deputado Raul Lima Neto, aqui ao meu lado, quando ele disse que o discurso de posse de S. Exa. o Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, foi infeliz pela comoção, no momento em que fez certas referências. Gostaria de fazer um reparo a essa intervenção do meu amigo e brilhante Deputado Raul Lima Neto, parlamentar que, pelo menos nesse funil de 18 meses para cá, demonstrou ser um dos mais pujantes, inteligentes, combativos e significativos Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Acredito que uma inteligência imensurável muitas vezes seja motivo de brincadeiras e charges nos jornais, porque o ser humano, por uma dor-de-cotovelo ou por sentimento negativo de inveja, tece críticas a um semelhante justamente por não ser capaz de realizar ou de desempenhar certas tarefas que outros desempenham.

Mas eu diria a V. Exa. que as palavras do Governador Mário Covas foram muito bem pensadas. Tive oportunidade de acompanhar toda a sua posse por um canal de TV a cabo. S. Exa., que vem de uma cirurgia delicada, falou com voz pausada, leu com muita ênfase e ponderação e, aliás, fez um discurso, até certo ponto, bonito, porque atacou, inclusive, os juros escorchantes cobrados neste País. De repente, ele veio com uma desairosa referência de quixotismo e irresponsabilidade dirigida nada mais, nada menos, que ao Governador Itamar Franco, aí, sim, um gesto deselegante do Governador Mário Covas, a quem temos como um homem de formação intelectual esmerada. Ele militou, realmente, num momento importante da política brasileira. Teve seus direitos políticos cassados por defender com arrojo a democracia. Por isso, quero discordar da afirmação de que ele teria feito um discurso impensado. Ele leu com muita propriedade, com muita tranquilidade, sabendo da platéia, a claque do Governo Fernando Henrique Cardoso, que estava presente em sua posse. Com certeza, por esse motivo, ele teria reservado alguns textos duros contra o Governador mineiro.

Peço licença para dizer a V. Exa. que, hoje, no calor de nosso pronunciamento, no pinga-fogo desta tribuna, porque o tempo se esvaía, fizemos leve referência ao povo mineiro. E temos visto, através de canais como a TV RIP e a TV Horizonte, que são canais comunitários e abertos, que se confundem nessa miscelânea a que assistimos através da TV paga, que o povo mineiro, principalmente, começa a tomar consciência de um debate que deveria estar sendo desenvolvido há muito tempo.

Em minhas palavras, eu disse que, quando fui Prefeito da Cidade de Muzambinho, tínhamos um jornal oficial do município, que eu gostaria de exibir aqui, feito artesanalmente, sem nenhum recurso gráfico nem de "off set", no qual, na primeira página, eu coloquei a figura de Tiradentes e desenvolvi um tema, pregando a moratória da dívida brasileira. Já comparávamos a dívida do Brasil diante dos organismos internacionais com uma reedição do quinto dos portugueses contra os mineiros, naquela época, há 9 ou 10 anos.

Na verdade, quando nos falamos da tribuna, nestes quatro anos, nesta Casa, com um comportamento parlamentar que pode parecer duvidoso para os que acompanharam os nossos trabalhos, gostaria de me redimir. Fui leal a uma pessoa, a quem tenho grande apreço e amizade, o Governador Eduardo Azeredo, a quem rendo minhas homenagens pessoais. No entanto, tenho de fazer restrição ao comportamento subserviente do Governador Eduardo Azeredo diante do Presidente Fernando Henrique Cardoso, até porque pertenciam ao mesmo partido. Sou um homem que não aceita cabresto político, religioso nem de nenhum outro tipo. Dificilmente conviverei bem em um partido, porque ninguém vai me colocar uma mordada na boca. Nenhum partido político, nenhuma religião, nenhuma pessoa vai conseguir fazer isso. Sou um homem autêntico, e minhas idéias são livres. Por isso mesmo, apresentei um comportamento de lealdade. Cito o Deputado Ivo José no episódio de votação das taxas judiciárias do pacote do Governador Azeredo. Votei contra o projeto. Depois, havia uma série de 30 emendas, e votei em branco. O Deputado Ivo José me chamou a atenção, dizendo que eu estava me prejudicando, ao votar em branco. Ao que lhe disse que era uma questão de coerência, uma vez que eu havia votado contra o projeto. Se eu não concordava com o "caput" do projeto, eu deveria votar em branco, por ocasião da votação das emendas.

Agora, fazemos a leitura de um bilhete que nos passa o Deputado Raul Lima Neto, dizendo que "o discurso de Mário Covas foi como uma mosca em um vidro de perfume, todo o aroma se perdeu".

O Deputado Paulo Pettersen\* - Eu gostaria de dar os parabéns a V. Exa. pela comparação. Mário Covas é uma excelente pessoa, mas não foi feliz quando atacou Minas Gerais. Ele estava acostumado a conviver com seu colega, o ex-Governador Eduardo Azeredo, na tranquilidade da submissão. Deputado Marco Régis, quero falar, de coração, que eu gostaria que um de nós estivesse em São Paulo quando da posse de Mário Covas, para perguntar por que ele não se preocupou com Minas Gerais. Outros Estados tiveram o mesmo tratamento? São Paulo negociou sua dívida com 6% ao ano, enquanto Minas Gerais negociou com 7,5%. São Paulo teve um abatimento de aproximadamente R\$5.000.000.000,00 em sua dívida. O nosso abatimento foi de R\$955.000.000,00. Esse é o Mário Covas que se preocupa com o resto da Federação? Nessas tentativas, ele deveria ter a elegância de orientar Eduardo Azeredo, seu colega de partido, para que ele tivesse o mesmo tratamento, e não um tratamento inferior. Por que isso? Já estava tudo armado, porque havia a certeza de que Itamar Franco receberia essa votação histórica no Estado de Minas Gerais. Eles já estavam armando, havia muito tempo, contra Minas, porque sabiam da eleição de Itamar. O SNI do Sr. Fernando Henrique já estava funcionando havia muito tempo. E o ex-Governador foi tapeado a vida inteira, foi um omisso, um submisso. E, de qualquer forma, é direta ou indiretamente responsável pela situação econômica e social em que se encontra Minas Gerais. O Sr. Mário Covas há de convir com a realidade de que deu as costas para o Brasil. Mas Itamar já lhe deu a resposta. Minas sempre esteve de frente para os problemas nacionais. Então, não é o Sr. Mário Covas que vai desestimular nem esmorecer a iniciativa do povo de Minas e de nosso Governo. Estaremos a seu lado para dar prosseguimento e abrir essa renegociação, porque tenho a certeza de que, se não fosse o gesto de grandeza do Governador Itamar Franco, os outros Governadores não pegariam nunca a garupa, porque lhes faltou a coragem para dizer a verdade à Nação.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte)\* - Nobre colega, quero registrar meu apoio à intervenção de V. Exa. na questão da moratória de Minas Gerais.

Quero dizer também que está sendo distribuído aos mineiros um manifesto assinado pela Frente Contra a Destruição dos Serviços Públicos de Minas Gerais, que se reuniu ontem com o Governador Itamar Franco. Essa Frente é formada por várias entidades, associações e sindicatos que estiveram ontem prestando o apoio e a solidariedade ao Governador. E o manifesto é concluído da seguinte forma: (- Lê:)

"As entidades que integram o movimento denominado Frente Contra a Destruição dos Serviços Públicos do Estado de Minas Gerais, neste momento da maior crise financeira de nossa história, vêm hipotecar efetiva e integral solidariedade ao corajoso e necessário posicionamento do Exmo. Sr. Governador Itamar Franco, em defesa da governabilidade de nosso Estado. Manifestam assim seu incondicional apoio à moratória, como instrumento legítimo e necessário para resgate dos serviços públicos de qualidade no nosso Estado, e conclamam o patriótico povo mineiro a se integrar nesse movimento de moralização no trato com a coisa e o dinheiro público e de defesa do pacto federativo, a exemplo dos inúmeros movimentos libertários que se iniciaram por nossa gente e em nosso solo.

Belo Horizonte, 8 de janeiro de 1999."

O Deputado Paulo Pettersen\* - V. Exa. foi de uma iniciativa muito clara, nítida, porque, pelo pouco que pude ver expressado nesse manifesto, ele vai ao encontro do projeto do Governador do Estado, com a sua preocupação com o social e com o aparelhamento do Estado.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte)\* - Indo ao encontro do projeto do Governador - penso que é o correto -, vai atender à população.

Gostaria de aproveitar para convidar os Deputados e todos os que nos assistem agora para o ato público da próxima segunda-feira, no teatro da Assembléia, de apoio à moratória do Governador Itamar Franco. Penso que o espaço será pequeno, porque teremos a presença de Governadores, de inúmeros Deputados Federais de outros Estados e da população de Minas Gerais.

Espero que toda a frente da Assembléia seja tomada pelo povo, apoiando o Governador. Apoiar o Governador Itamar sem esquecer da traição dos "joaquins silvério dos reis", que durante quatro anos ficaram como inquilinos do Palácio da Liberdade. Temos de dar graças a Deus por não terem vendido nem privatizado o Palácio. Só o deixaram em situação difícil e caótica, com goteiras e arquivos importantes dentro dos banheiros.

O Deputado Paulo Pettersen\* - Quero dar os parabéns a V. Exa, não cortando seu belo raciocínio, e dizer que, em toda empreitada dessa natureza, para atender às necessidades, ao grito de Minas, V. Exa. não apenas encontrará respaldo no partido deste Deputado, mas independentemente de partido, tenho certeza, encontrará respaldo, porque todos nós somos cômicos dessa responsabilidade quando vem trazer um convite de tamanha grandeza, numa hora em que Minas precisa de nosso apoio, de nosso aconchego, para que possamos fazer

com que Minas seja respeitado no cenário nacional.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo usar todo o tempo regimental que me cabe, porque tenho o objetivo de obstruir qualquer votação neste Plenário até que a Mesa responda a uma questão de ordem e a um requerimento que lhe foram encaminhados e em que este Deputado, humildemente, levanta uma suspeita de prevaricação por parte da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Protocolo, nesta Casa, um projeto que dispõe sobre o transporte coletivo e concede a todo cidadão brasileiro residente em Minas Gerais o direito de ter sua empresa de ônibus intermunicipal desde que para dois ônibus haja um de reserva. Além do mais, ele dispõe sobre a qualidade e o conforto desses ônibus. Trata-se de um projeto que, evidentemente, criaria o emprego iniciativa, e não o emprego escravagista, como acontece no Brasil, e daria oportunidade para, num capitalismo moderno, qualquer pessoa ter seu próprio negócio.

O objetivo do projeto é fazer com que as estações rodoviárias, os terminais particulares - a exemplo dos países do Primeiro Mundo - desafoguem a União, o Estado e os municípios, de modo que estes possam cumprir seus deveres constitucionais.

Por se tratar de um projeto que não agradou a grande parte dos membros deste parlamento ou desta Mesa - proprietários ou sócios de empresas de ônibus ou, no mínimo, pessoas mancomunadas com os cartéis do transporte coletivo, que, desde a Câmara Municipal de Belo Horizonte, mostram sua força e seu poder - ele desapareceu depois de protocolado nesta Casa.

Levantamos uma questão de ordem a esse respeito, e ela não foi respondida. O Presidente deu sua palavra ao dizer que, se eu fizesse um projeto similar e o protocolasse, ele entraria na pauta das reuniões extraordinárias.

A Sra. Dora, funcionária desta Casa - grande funcionária, diga-se de passagem, Assessora do Secretário-Geral, Paulo Navarro -, deu-me a palavra de que agiria nas comissões, para que esse projeto estivesse nas extraordinárias.

Bem, Sr. Presidente, o acordo não foi cumprido. E como não foi cumprido esse acordo, que dá ao povo e ao Estado de Minas Gerais a oportunidade de quebrar um cartel terrível e forte, que compra a consciência e apodrece a política nacional - como era o cartel do transporte coletivo -, este Deputado usa a única arma regimental que lhe resta neste final de mandato, que é a obstrução. Mas farei essa obstrução dentro da ordem, portanto estarei falando durante todo o tempo sobre o balanço geral relativo ao exercício de 1997 e sobre o motivo pelo qual jamais aprovaria as contas do Governo do Estado. Pretendo debruçar-me sobre esse projeto e mostrarei a V. Exa. que as contas foram usadas erradamente. Acho absurdo que esta Casa, que tem o dever político e, mais do que o dever constitucional e mais do que o dever regimental, o dever de responder diante de Deus pelo parlamento que por Ele foi constituído na sociedade brasileira e o dever de fiscalizar as contas do Executivo, - aprove de afogadilho as contas do Governo, como foram aprovadas as contas da Assembléia - também de afogadilho. Pretendo levantar questões de ordem, pretendo obstruir, pretendo encaminhar cada projeto, pretendo fazer requerimentos. E digo-lhes que estou apto para, com o que aprendi nesta Casa e sabendo que é um recurso parlamentar cabível na república brasileira, dialogar para que um projeto da importância do nosso - e gostaria de pedir ao Deputado Geraldo Nascimento que me trouxesse o projeto, que se encontra sobre a mesa - não seja escondido, não seja boicotado, e para que não se fira o Regimento Interno, a Constituição do Estado e a Constituição da República. Pretendemos entrar com um mandado de segurança em um processo por prevaricação desta Casa, se não houver resposta para a questão de ordem que levantamos.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte)\* - Nobre Deputado Raul Lima Neto, V. Exa. discute um tema fundamental. Já que agora discutimos as razões de Minas não ter como pagar os recursos da União, estamos, realmente, discutindo a prestação de contas do Governo. V. Exa. realmente deve falar, dentro do Regimento, para que os Deputados possam escutar, mas lamentavelmente, neste instante,...

O Deputado Raul Lima Neto - Antes de V. Exa. completar seu pensamento eu gostaria de dizer que, embora V. Exa. pense que os Deputados não estão escutando, muitos estão ouvindo de seus gabinetes. Temos aqui também a TV Assembléia, que não pode ser tirada do ar, mas me parece que isso aconteceu certa feita - se isso aconteceu seria também, no mínimo, um erro, uma prevaricação. Então, conseqüentemente, pretendo usar todo o meu prazo regimental, porque digo que 12 horas serão pouco tempo para expor sem repetir uma só palavra, o que sei e o que preciso expor, e para fazer uma comparação entre a república e a monarquia - porque tínhamos um sol, um farol, e hoje temos um sátropa e porque o Governo Federal, especialmente este que aí está, é um opressor da Nação e dos Estados brasileiros.

\* - Sem revisão do orador.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/1/99, o Sr. Presidente, nos termos dos arts. 4º e 98 da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 10.254, de 20/7/90, as Resoluções nºs 5.105, de 26/9/91, e 5.134, de 10/9/93, a Deliberação da Mesa nº 363, de 29/3/89, e à vista de parecer da Mesa exarado em reunião de 18/1/99, assinou o seguinte ato:

colocando a servidora Maria Emília de Almeida e Silva Elias, detentora de função pública classificada em Agente de Execução, padrão EL-16, do Grupo de Execução de Apoio à Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, à disposição da Secretaria de Estado da Saúde, sem ônus para o Poder Legislativo, a partir de 8/1/99.

Nos termos das Deliberações da Mesa nºs 269, de 4/5/83, e 463, de 19/9/90, que regulamentam a aplicação do art. 4º da Lei nº 10.254, de 20/7/90, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.105, de 26/9/91, observado o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 22/3/94, a servidora Emília Ordália de Freitas Lombardi, detentora de função pública, classificada em Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa.

##### Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Miguel Arcaño da Costa Barbosa, matrícula 7115-3, no período de 1º/1/99 a 21/1/99.

Mesa da Assembléia, 18 de janeiro de 1999.

Romeu Queiroz, Presidente.